

---

GASDA, Élio Estanislau, sj. *Cristianismo e Economia*. Repensar o trabalho além do capitalismo. São Paulo: Paulinas, 2104. 311 p., 20x13,5 cm. ISBN 978-85-356-3833-2.

---

O professor Élio Gasda já é conhecido dos leitores da PT por seu livro anterior, *Trabalho e capitalismo global*: atualidade da doutrina social da Igreja (Paulinas, 2011), que apresentava o trabalho a partir do olhar do Magistério da Igreja. O livro terminava com alguns desafios lançados à criatividade dos que sentem a urgência de humanizar o trabalho, libertando-o da sua submissão aos critérios das finanças. Agora Gasda nos oferece uma valiosa pesquisa para *repensar teologicamente o trabalho* e libertar a teologia do trabalho dos condicionamentos históricos que impedem que a revelação de Deus em Jesus Cristo exerça na mente e na ação dos cristãos a força libertadora do evangelho.

Estamos diante de uma obra de teologia cristã, entendida como discurso capaz de entrar em diálogo com todos os que procuram em sentido humanizador para o mundo do trabalho. Um discurso público, pois não se pode pensar numa palavra de Deus que não revele um sentido para as realidades humanas, capaz de ser compreendido como tal por toda mente aberta à verdade. Um discurso interdisciplinar ao mesmo tempo. Encontrar um sentido para o trabalho exige a análise da experiência humana do trabalho em todas as dimensões e contextos em que ela acontece. A investigação que Gasda oferece ao público, sendo uma obra de teologia, não interessa apenas ao teólogo. No mundo do trabalho se concentram hoje as grandes questões estruturais, éticas, sociais, econômicas e políticas que desafiam a sociedade. Somente pondo em diálogo essas questões pode ser repensado teologicamente o trabalho.

A obra consta de três partes: 1) Teologia do trabalho no Capitalismo. 2) Tradição bíblico-teológica. 3) Descanso e trabalho.

A primeira parte aborda o trabalho tal como aparece nas duas primeiras décadas do século XXI. Começa analisando o estado atual da reflexão teológica sobre o trabalho. A teologia do trabalho como outras teologias das realidades terrenas (teologia política, teologia da história etc.), é recente. Nasce para responder ao desafio imposto à consciência cristã pelas realidades terrenas. No caso do trabalho pela exploração dos operários desde a implantação da sociedade industrial. O autor vê em Marie Dominique Chenu (1895-1990)

a primeira síntese moderna de uma teologia do trabalho, sem desconhecer os antecedentes da reflexão do ilustre teólogo da ordem dominicana em autores como H. Rondet, Teilhard de Chardin e outros. A partir da análise do pensamento de Chenu, Gasda mostra que fazer teologia do trabalho implica repensar com honestidade o fenômeno da chamada “civilização do trabalho”, no contexto do capitalismo industrial. O *fato do proletariado* gerado por ela afetou profundamente à consciência eclesial até o ponto de ter dado origem à *doutrina social da Igreja*. O fenômeno do proletariado que tem implicações em muitas áreas do conhecimento é também um problema teológico porque ao alienar o ser humano no trabalho o aliena de si mesmo e de sua relação com Deus. Pensar o trabalho na economia da salvação, já mostrava Chenu, implica repensar a antropologia teológica, a redenção e a escatologia sem afastar o olhar dos condicionamentos concretos em que o trabalho acontece, evitando assim as simplificações, já denunciadas por Chenu, de uma teologia espiritualista e abstrata do trabalho.

Fica patente a relevância, mas igualmente a complexidade, do projeto empreendido por Gasda que, desde as primeiras páginas, tenta desiludir o leitor de encontrar soluções fáceis. Não seria essa a razão de recordar-lhe o reconhecimento pelo próprio Chenu, em artigo de 1975, da ingenuidade de seu antigo otimismo no diálogo com a modernidade, como o de tantos outros teólogos do pós-Concílio? Apesar do *mea culpa* Chenu — adverte Gasda — não conseguiu situar sua teologia diante dos desafios sempre novos que irrompem no mundo do trabalho.

É imprescindível para repensar teologicamente o trabalho adentrar-se no mundo do trabalho, na sua objetividade concreta. O Capitalismo não somente reduziu o trabalho a uma atividade remunerada oferecida a um terceiro (o empregador), segundo modalidades e horários fixados por este. Ele dirige as mentes de todos a pensar que essa maneira de entender o trabalho é a única possível e a mais racional. A racionalidade econômica do cálculo contábil do trabalho faz que só se considerem trabalho as atividades passíveis de serem contabilizadas, ao pôr o trabalho ao serviço da economia de mercado. O trabalho passa a ser visto como *emprego*, reduzido a mercadoria. Consequência disso é a visão da *sociedade do trabalho* como *sociedade salarial* de produção de riquezas, que em alguns casos já não precisa do trabalho de todos e *gera* o fenômeno gravíssimo do desemprego de multidões.

Tal forma de viver e pensar o trabalho — adverte Gasda — é um fenômeno cultural, invenção dos economistas do século XVII e fruto de um processo complexo de redução do seu sentido original. Nesse contexto, apresentar o trabalho como atividade constitutiva da essência humana, construtor da história e meio do vínculo social não passa de um encantamento para legitimar a civilização industrial. Enquanto o trabalho estiver subordinado à lógica da rentabilidade e da acumulação ilimitada

de riqueza material, não pode ser o pilar da realização pessoal nem da coesão social. Na sociedade contemporânea que se mostra como sociedade e civilização do trabalho, o trabalho é sacralizado e tenta suprimir qualquer outro sagrado que possa ameaçar sua hegemonia. Mas ao fazer do trabalho uma espécie de religião com a ilusão de realizar, aqui e agora, todos os desejos humanos, esconde a entronização do capital. O dogma desta quase religião é sedutor: a acumulação do capital — propala-se — conduzirá o mundo a taxas de crescimento tais que apaguem do *mapa mundi* toda zona de subdesenvolvimento. Paradoxalmente na sociedade do trabalho o trabalhador se torna cada vez mais prisioneiro da vontade de domínio e exploração do capital.

O fenômeno da globalização tende a universalizar a visão da sociedade centrada no trabalho, mas pautada pelo capital. Consequência dessa verdadeira idolatria é a descaracterização da pessoa humana pela transformação em mercadoria do seu trabalho e até do seu pensamento (na terceira revolução industrial, com seu capitalismo financeiro, tecnológico e informacional). Fica descaracterizado também o tempo: o conteúdo cristão do domingo, como dia do Senhor, é absorvido pela ideologia do trabalho, o dia de descanso acaba sendo definido em função do trabalho como tempo livre. Livre do trabalho, mas submetido a ele!

Antes de procurar no Evangelho caminhos de libertação do trabalho da sua submissão ao capital, Gasda conduz o leitor a pesquisar, na longa e significativa transição da cristandade, as formas em que foi se configurado e sendo entendido o trabalho. O período tinha começado com uma visão positiva do trabalho herdada da tradição judaico-cristã. Uma novidade para a civilização greco-romana, assentada sobre um modo de produção escravista! Que fatores teriam originado a inversão de valores, até o ponto de submeter o trabalho ao capital, e convertê-lo numa espécie de religião. Poder-se-ia perguntar se tais fatores não teriam também suas raízes na própria religião?

Após este percurso histórico, desde os começos da Cristandade até o nascimento da era capitalista, Gasda volta a guiar o olhar do leitor para contemplar o espírito do capitalismo, nas formas recentes com suas variadas adaptações. Estas são motivadas pela necessidade de manter-se desejável pela opinião pública de frente à consciência crescente das responsabilidades sociais, dos limites dos recursos da natureza, da complexificação dos expedientes gerenciais das empresas. Mas sem suas contínuas transformações, o espírito do capitalismo mantém como norma intocável a primazia do acúmulo do capital sobre as demais variáveis que configuram a relação entre o capital e o trabalho — afirma Gasda.

Tenho-me estendido na exposição do pensamento exposto por Gasda na primeira parte do livro (e, contudo, estou ciente de não ter conseguido

espelhar toda sua riqueza) porque ela dá relevância e consistência às duas seguintes. A compreensão profunda das formas concretas que o trabalho apresenta é o pressuposto hermenêutico da interrogação que Gasda fará à tradição bíblico-teológica do trabalho. Encontrar, na Revelação divina, caminhos que libertem o trabalho da dominação do capital é o propósito da *segunda parte* do livro.

Nela, depois de considerar o panorama da configuração do trabalho nas diversas épocas de Israel e precisar os termos com que ele é designado na Bíblia, a reflexão se centra na Lei como ensinamento teológico sobre as relações entre Deus e o ser humano enquanto caminho de liberdade. A instituição religiosa central de Israel, o *sábado*, um dia de descanso após seis dias de trabalho, é inspiradora para a compreensão do sentido do trabalho. Há um dinamismo nos seis dias do relato da Criação que aponta para seu cumprimento no sétimo dia. O trabalho humano, sob a missão divina de cuidar e humanizar a terra, recebe seu sentido da instituição do sétimo dia, o *Sábado do Senhor*. É este que protege o trabalho de tornar-se mecanismo de opressão.

A mensagem libertadora do sábado enquanto memorial da Criação fica enriquecida com o seu caráter de memorial do Êxodo. A saída da casa da escravidão de um grupo de trabalhadores explorados origina um novo quadro social em que um dia de descanso do trabalho (*Sábado*) exerce função de *vigia* da Aliança do povo com seu Deus libertador. O *sétimo dia* aponta para uma existência alicerçada na dignidade humana, na liberdade e na justiça. Favorece um repousar *junto com* o outro, com as criaturas e com toda criação. A descoberta da importância do sentido libertador do sábado ressignificado no *domingo* cristão é sem dúvida a contribuição mais original da pesquisa de Gasda para a teologia do trabalho.

A hermenêutica da literatura sapiencial com a chave de leitura da instituição do sábado ajuda o autor a entender os mecanismos da corrupção do sentido do trabalho quando seu objetivo se concentra no enriquecimento, na concentração do poder e no prestígio social. Tudo isso não passa de vaidade para o Eclesiastes (5,9). O leitor vai ficar surpreendido com a hermenêutica do livro quando se adota a chave de leitura fornecida pelo próprio livro de que há um tempo para cada coisa segundo o plano criador. As desconcertantes afirmações do Pregador, “vaidade e vaidades, tudo é vaidade” (1,2), quando são lidas como reflexão sobre a vida humana em termos genéricos e abstratos, se revelam sabedoria divina, ao serem interpretadas na perspectiva histórica que as originou. São a denúncia amarga das desastrosas consequências de um estilo de vida baseado unicamente em interesses econômicos! Estão em consonância com um tema que percorre todas as páginas da Bíblia: o perigo da perversão da ordem da criação quando não se acolhe o dom divino da sabedoria. Confirmam a mensagem do sábado. Há um tempo para

trabalhar e um tempo para descansar, tempo de desfrutar em ambiente de festa e igualdade fraterna a obra realizada com o esforço do trabalho — conclui Gasda.

A força libertadora do *Sábado* e da *Sabedoria* chega à plena manifestação em Jesus Cristo, o *Senhor do Sábado* (Mt 12, 1-8). O Filho Unigênito assume a *carne do trabalhador* em meio aos trabalhadores. Sua mensagem, o anúncio do Reino do Pai, confere sentido humano ao trabalho. “Meu Pai trabalha até agora e eu trabalho também” (Jo 5, 17). Nesta direção, o Apóstolo Paulo ensina que a misericórdia e a justiça do Reino são incompatíveis com o fato de que alguns se aproveitem do trabalho dos outros sem dar nenhuma contribuição à comunidade e sem expressar solidariedade aos pobres. O verdadeiro *Sábado é Cristo*, festejado no domingo. E o domingo é um dia de solidariedade e libertação.

A *terceira parte* leva adiante a descoberta de que o trabalho só poderá encontrar um sentido teológico na sua *relação com o descanso* libertado da sua insignificância quando entendido em função do trabalho. A experiência do descanso, vivido e celebrado como dia do Senhor, e por isso dia de festa com os irmãos e para os irmãos, pode ser a base de um novo paradigma para a teologia do trabalho. Na liturgia do dia do Senhor, na celebração do mistério da fé por excelência, o mistério pascal, poderá nascer uma compreensão do trabalho. É aí que os cristãos vão encontrar caminhos para humanizar o trabalho libertando-o da idolatria do capital. É na liturgia do dia do Senhor que Deus poderá inspirar saídas para que o trabalhador deixe de ser reduzido à engrenagem do capitalismo financeiro e para que a empresa passe a ser uma sociedade de pessoas, antes de ser uma sociedade de capitais.

Poderia alguém objetar: não se estará supervalorizando o poder da celebração do dia do Senhor? Pode se responder tornando explícito um pressuposto que subjaz a toda a pesquisa de Gasda: não é a teologia que vai libertar o trabalho das garras do capital, mas a prática de homens inspirados por ela, com os instrumentos fornecidos pelas ciências políticas, sociais, econômicas. A teologia é fundamental para libertar a mentalidade cristã do domínio da idolatria do trabalho pensado em função do capital. O livro de Gasda realiza essa função de forma excelente. A teologia do trabalho, porém, só se faz vida mediante o labor das mãos humanas transfigurado por Deus em instrumento do Reino e isso acontece na celebração da Páscoa do Senhor, “*memorial vivo, perigoso e inquietante* que lança o cristão no mundo imbuído de práxis de Jesus”. Mas para que a celebração litúrgica do domingo se torne força de transformação do trabalho, ela própria deverá ser constantemente renovada pelo mistério que a sustenta: a morte e ressurreição de Jesus, consumação de uma vida totalmente voltada para os outros, e em primeiro lugar para os pobres, vítimas incontáveis do sequestro do trabalho pelo capital.

Devo terminar reafirmando a impossibilidade de mostrar no breve espaço de uma resenha a riqueza do pensamento contido no livro de Gasda. Máxime por se tratar de um pensamento que se propõe ensinar o leitor a pensar teologicamente na complexidade do horizonte interdisciplinar do trabalho.

Juan A. Ruiz de Gopegui, SJ

---

GIRAUDO, Cesare: *Confessare i peccati e confessare Il signore: le radici della fede*. Cinisello Balsamo (Milano): San Paolo, 2013, 75 pp., ISBN: 978-88-215-7756-7.

---

Cesare Giraudo é um reconhecido teólogo italiano. Professor emérito de liturgia e de teologia dogmática no Pontifício Instituto Oriental em Roma, bem como da Universidade Gregoriana na mesma cidade. Autor de grande produção acadêmica, tem algumas de suas obras traduzidas em língua portuguesa como: *Num só corpo. Tratado mistagógico sobre a eucaristia*. São Paulo: Loyola, 2003.

A riqueza da presente obra parece contrastar com a pequenez do volume. Em menos de cem páginas, escritas em um estilo de fácil compreensão e de modo que dificilmente o leitor tem vontade de fechar o livro, o A. oferece uma profunda reflexão sobre o sacramento da confissão, sobretudo a partir do diálogo com a tradição oriental do cristianismo.

No primeiro capítulo, Giraudo faz sua reflexão anotando que a remissão dos pecados se configura como um dos artigos de fé do credo, tanto no símbolo dos apóstolos quanto no símbolo nicenoconstantinopolitano. Ele destaca ainda que os Padres da Igreja apresentavam a confissão como a “segunda tábua da salvação”.

O capítulo seguinte traz uma provocação sobre qual o nome mais adequado para este sacramento. O autor lembra que o Catecismo usa cinco termos diversos: *conversão, penitência, reconciliação, confissão e perdão*. Voltando às raízes bíblicas de cada conceito, Giraudo apresenta uma preferência pelo termo *confissão*. Mas observa que é preciso recuperar o significado do hebraico bíblico, isto é, o objetivo não é tanto a confissão do pecado, mas a confissão da misericórdia de Deus. *Mais que confessar os pecados, trata-se de confessar o Senhor*. Eis o porquê do título da obra!

No terceiro capítulo, Giraudo defende que o *locus theologicus* para se pensar o sacramento da remissão dos pecados não é primeiramente a academia, mas a oração (*Lex orandi*). Lembra o professor que os sacramentos, no

primeiro século da Igreja, eram explicados na liturgia, a partir do seu aspecto celebrativo. Os Padres da Igreja mais do que mestres são mistagogos, isto é, orientam os fiéis “na compreensão orante dos mistérios” (p. 27). Se quisermos responder à pergunta: o que é a confissão? Devemos recorrer à oração da Igreja (do Oriente e do Ocidente), com a qual ela celebra esse sacramento.

O passo seguinte é procurar destacar os acentos diversos que encontramos na oração de absolvição na Igreja do Ocidente e na do Oriente. Enquanto nossa fórmula ocidental se caracteriza por um aspecto declarativo (Eu te absolvo...), no Oriente a absolvição vem por meio de uma oração, frequentemente longa, que consta de duas partes: um louvor e uma súplica a Deus. Este capítulo se mostra como o mais rico e profundo da obra. Giraudo apresenta seis orações de absolvição usadas nas Igrejas do Oriente, destacando sua estrutura e sua teologia. No final, ainda traz a fórmula por nós usada do Ocidente, tanto a versão atual quanto a anterior ao Concílio Vaticano II.

No quinto capítulo temos uma continuação da reflexão sobre a fórmula da absolvição em três momentos. No primeiro Giraudo faz notar que, no Ocidente, pouco a pouco a fórmula vai afastando-se do modelo corrente no Oriente onde a absolvição dos pecados era antecedida por uma oração. O século XIII se mostra de uma importância singular para se compreender essa mudança de rota. Enquanto Guilherme de Alvernia ensina que o ministro não absolve à semelhança dos juízes forenses, simplesmente pela força de suas palavras declarativas, mas reza para que Deus conceda o perdão, a tese de Tomás de Aquino, que enfatiza as palavras declarativas “eu te absolvo”, vai se impor à Igreja romana. A riqueza da fórmula atual não se percebe se ficarmos exclusivamente com a parte declarativa, afirma o eminente professor.

No segundo, o autor lembra a discussão teológica no período escolástico para se chegar a definir quais as palavras necessárias para a absolvição dos pecados. O que realmente importa para nós hoje, na visão do autor, é “sensibilizar os confessores ao respeito da integridade da fórmula, que no rito romano vai de “Deus, Pai de misericórdia...” até “...e do Espírito Santo” (p. 59).

O terceiro momento deste capítulo traz uma reflexão sobre a índole judicial da absolvição sacramental. Uma compreensão levou a identificar a função do ministro do sacramento com a função de um juiz. A própria terminologia usada pelo Concílio favorece tal hermenêutica: “juiz”, “crime”, “réu” etc. Indo além desta interpretação, alguns estudiosos destacam que o texto conciliar pode não ser tão fechado assim. Na verdade o Concílio usa a expressão: “é em modo de ato judicial” (*ad instar actus iudicialis*). Esta expressão consta na versão final em substituição à expressão: “é um ato verdadeiramente judicial” (*vere actus iudicialis*). Disto fica claro que o

Concílio usa uma analogia entre a função do ministro e a do juiz forense. Nem o confessor é um juiz nem o confessorário precisa ser um tribunal de acusação. Essa ênfase acaba por deslocar o sacramento da reconciliação de seu “habitat” que é a sacramentária, para o campo da moral.

No capítulo sucessivo, Giraudo aborda a relação do sacramento da confissão com a Eucaristia. Mas o autor opta por não cair no reducionismo de individuar quais os pecados que são perdoados quando recebemos a eucaristia. A Igreja ensina que para o perdão sacramental dos pecados, sobretudo os de implicações morais graves, existe o sacramento próprio.

Mas há de se cuidar para não empobrecer o sacramento da Eucaristia fazendo dele um prêmio para os de boa conduta. Segundo ele: *“O Senhor Jesus não instituiu a Eucaristia para os nossos joelhos que a adoram, nem para os nossos olhos que a contemplam; ela foi instituída para as nossas bocas que a comem, a fim de que, aos ritmos de nossas comunhões ao corpo sacramental, nos tornemos sempre mais corpo eclesial. Os pios exercícios da piedade eucarística, oportunamente colocados fora da missa, são chamados a desempenhar um papel de primeiríssimo plano para acrescentar em nós o estupor eucarístico diante do mistério da presença real”* (p. 66). Outro ponto importante: não podemos esquecer que Jesus instituiu a comunhão real e não a espiritual. Essa é uma invenção dos moralistas. Falando demais nessa, acabamos por esquecer a primeira. Não podemos esperar sermos santos para receber a comunhão.

Deixar de receber a comunhão hoje para se preparar melhor e recebê-la depois pode ser uma ilusão, nas palavras de santo Ambrósio: *“Pobre iludido! Acredita talvez que amanhã será mais digno? Recebe cada dia aquilo que deve te alegrar cada dia”* (p. 67). Por isso mesmo, mostra-se necessária para a vida espiritual tanto dos indivíduos como das comunidades, uma pastoral conjunta do sacramento da reconciliação e da eucaristia, capaz de fazer com que cada domingo, ou mesmo cada dia, seja como a Páscoa.

O último capítulo apresenta dez conselhos pastorais para os confessores e também dez conselhos para os penitentes. Sem dúvida trata-se de indicações que ajudarão na recuperação do sentido evangélico do sacramento da confissão. Uma observação ainda se faz necessária: a ausência dos dados bibliográficos. No mais, resta somente expressar o desejo de que esta obra ganhe uma tradução em língua portuguesa, o que muito ajudará aos que estudam e procuram conhecer mais a riqueza deste sacramento.

Moésio Pereira de Souza